

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	15
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	19
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	20
2.5 Medições não contábeis	22
2.6 Eventos subsequentes as DFs	25
2.7 Destinação de resultados	27
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	29
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	30
2.10 Planos de negócios	31
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	35
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	36
5.2 Descrição dos controles internos	42
5.3 Programa de integridade	46
5.4 Alterações significativas	51
5.5 Outras informações relevantes	52

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia apresentam, nesta Seção 2 do Formulário de Referência, informações que visam a permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 2 deste formulário de referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia tem como finalidade (i) deter participações societárias e outros valores mobiliários em outras sociedades, formar joint ventures, parcerias e empreendimentos, direta ou indiretamente, no País ou no exterior, em empresas do setor de (a) pesquisa, exploração, produção, aquisição, armazenamento, transmissão, distribuição e a comercialização de gás combustível ou de subprodutos e derivados, de produção própria ou não, (b) processamento e escoamento de gás, (c) comercio de produtos derivados de petróleo, (d) aquisição, montagem, fabricação, venda, intermediação, instalação, manutenção, assistência técnica e prestação de quaisquer outros serviços, diretamente ou através de terceiros, relativos ao fornecimento de aparelhos, equipamentos, componentes e sistemas para aquecimento ou refrigeração, geração de energia, cocção e quaisquer outros equipamentos e produtos de energia, (e) produção de vapor, água quente, água gelada/refrigeração (energia térmica) e energia elétrica através de termo geração, geração distribuída, co-geração ou qualquer outro processo ou tecnologia, a partir de quaisquer fontes energéticas, diretamente ou através de terceiros, e (f) demais atividades relacionadas; e (ii) a importação e a exportação de mercadorias.

Neste contexto, o quadro abaixo apresenta o resumo das participações detidas por nós:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022		
Empresas	% de participação no capital votante	Método de Avaliação
Participações diretas em subsidiárias controladas		
Companhia de Gás de São Paulo S.A. – Comgás	99,14	Consolidação
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	100	Consolidação

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Rota 4 Participações S.A.	100	Consolidação
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	100	Consolidação
Edge II - Empresa de Geração de Energia S.A.	100	Consolidação
Ute Porto de Suape LTDA.	100	Consolidação
TRPE - Terminal de Regaseificação de GNL de Pernambuco LTDA.	99,98	Consolidação
Compass Comercialização S.A.	100	Consolidação
Compass Um Participações S.A.	100	Consolidação
Commit Gás e Energia S.A.	51	Consolidação

Participação da Compass Comercialização S.A. em sua subsidiária controlada		
Compass Energia Ltda. ¹	0	Consolidação

Participação da Compass Um Participações S.A. em sua subsidiária controlada		
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	51	Consolidação

Participação da Commit Gás e Energia S.A. em suas subsidiárias coligadas e controladas		
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	49	Consolidação
Gás Brasileiro Distribuidora S.A.	100	Consolidação
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS	29,44	Equivalência Patrimonial
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS	29,44	Equivalência Patrimonial
CEG Rio S.A.	37,41	Equivalência Patrimonial
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS	24,5	Equivalência Patrimonial
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS ²	83	Equivalência Patrimonial
Companhia de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul - MSGÁS	49	Equivalência Patrimonial
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS	41	Equivalência Patrimonial
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	41,5	Equivalência Patrimonial
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS	41,5	Equivalência Patrimonial

¹ A Companhia foi encerrada em 31 de dezembro de 2022.

² A Companhia não detém o controle da investida Potigás, pois o Estado do Rio Grande do Norte possui 51% das ações ordinárias com direito a voto, enquanto a Commit detém 49%.

A Companhia entende que suas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar o seu plano de negócios para os próximos doze meses e cumprir com seus passivos de curto e médio prazo. Os Diretores entendem que a geração de caixa da Companhia, juntamente com recursos de terceiros disponíveis, são suficientes para atender ao financiamento

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios para os próximos doze meses.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas do balanço patrimonial, utilizadas para o cálculo dos indicadores apresentados na sequência:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(R\$ mil)	2022	2021
Ativo	25.122.186	19.982.609
Circulante	7.563.371	7.880.970
Não Circulante	17.558.815	12.101.639
Passivo	16.515.402	13.609.496
Circulante	4.582.545	5.073.494
Não Circulante	11.932.857	8.536.002
Patrimônio Líquido	8.606.784	6.373.113
Passivo e Patrimônio Líquido	25.122.186	19.982.609

O ativo circulante é formado principalmente por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes. Já o passivo circulante, é constituído em especial empréstimos e financiamentos, fornecedores, e instrumentos financeiros derivativos.

Abaixo, apresentamos os índices de endividamento e de liquidez e os resultados encontrados sustentam a confiança da administração na solidez patrimonial da Companhia:

Índices	Fórmula	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
		2022	2021
Endividamento Total (ET)	$ET = (Passivo\ Total / Ativo\ Total) * 100$	65,7	68,1
Endividamento de Curto Prazo (ECP)	$ECP = (Passivo\ Circulante / Ativo\ Total) * 100$	18,2	25,4
Liquidez Geral (LG)	$LG = (Ativo\ Circulante + Realizável\ a\ Longo\ Prazo) / Passivo\ Total) * 100$	52,8	70,7
Liquidez Corrente (LC)	$LC = (Ativo\ Circulante / Passivo\ Circulante) * 100$	165,0	155,3

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os índices de endividamento total e de curto prazo são índices de estrutura patrimonial e indicam a participação de recursos de terceiros (passivo) no financiamento das aplicações totais realizadas pela empresa (ativo total).

Os resultados da liquidez geral e corrente da Companhia demonstram situação, com base na avaliação dos diretores da Companhia, confortável diante da expectativa de manutenção da dinâmica operacional dos negócios.

(b) estrutura de capital

Os setores de atuação da Companhia, especialmente a área de infraestrutura e distribuição de gás canalizado, requerem uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações.

Na tabela seguinte apresentamos a composição da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio e de terceiros:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
(R\$ mil)	2022	AV	2021	AV
Passivo	16.515.402	65,74%	13.609.496	68,11%
Patrimônio Líquido	8.606.784	34,26%	6.373.113	31,89%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	25.122.186	100,00%	19.982.609	100,00%

Em 31 de dezembro de 2022 a estrutura de capital da Companhia era composta de 65,74% por passivos, do qual se destacam empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e imposto de renda e contribuição social diferidos, e 34,26% por patrimônio líquido e investimento da controladora.

Em 31 de dezembro de 2021 a estrutura de capital da Companhia era composta de 68,11% por passivos, do qual se destacam empréstimos, financiamentos e debêntures fornecedores e imposto de renda e contribuição social diferidos, e 31,89% por patrimônio líquido e investimento da controladora.

A Administração entende que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os índices de liquidez geral e de liquidez corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2022 eram de 52,8 e 165,0, respectivamente. Na mesma data, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 8.270,3 milhões de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures tomados.

A Administração da Companhia informa que avaliou a habilidade da empresa operar normalmente, considerando o perfil de endividamento da Companhia, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, está convencida de que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos para dar continuidade aos seus negócios, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, a Administração acredita que a Companhia possui capacidade financeira para honrá-los.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Administração entende que, nos exercícios sociais, encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as principais fontes de financiamento utilizadas para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos (bancos de primeira linha no Brasil e no exterior); (iii) linhas de financiamento do BNDES; (iv) operações de renda fixa no mercado de capitais local; (v) aumento de capital por meio da subscrição de novas ações em operações no mercado de capitais local. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia e suas controladas principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operações referentes às suas atividades e negócios, e (ii) exigências de pagamento de seu endividamento.

A Administração entende que tais fontes de financiamento estão adequadas ao perfil do endividamento da Companhia e suas controladas, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

As principais linhas de financiamentos da Companhia em aberto em 31 de dezembro de 2022 estão detalhados abaixo no item 2.1(f) deste Formulário de Referência, de acordo com suas respectivas características.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Administração não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor, de acordo com as suas atuais fontes de financiamento. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende manter sua estratégia de financiamento com: (i) contratação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras; e (ii) captação de recursos, por meio de instrumentos de dívida ou emissão de ações, no mercado de capitais.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía um endividamento bancário bruto (empréstimos, financiamentos e debêntures de R\$ 8.278,8 milhões, dos quais R\$ 1.685,1 milhões, ou 20,35%, eram representados por dívidas de curto prazo. O endividamento bancário da Companhia variou R\$ 610,8 milhões, 8,0% entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, principalmente em decorrência de novas captações.

Em 31 de dezembro de 2022, a composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e suas subsidiárias junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir:

Credor	Indexador	Vencimento	Saldo em aberto (31/12/22)	Saldo em aberto (31/12/21)	Objetivo
Com garantia					
BNDES - Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%	abr/29	131.885	154.843	Investimentos
BNDES - Projetos VIII	IPCA + 3,25%	jun/34	1.653.501	945.663	Investimentos
BNDES - Projeto I	IPCA + 4,10%	jan/30	73.717	-	Investimentos
Projeto IX	IPCA + 5,74%	dez/36	544.925	-	Investimentos
Sem garantia					
Scotiabank 2018	USD + 3,67%	mai/23	395.285	438.823	Capital de giro
Scotiabank 2020	USD + 1,36%	fev/24	377.705	414.378	Capital de giro
Scotiabank 2022	USD + 2,13%	fev/25	1.000.957	-	Capital de giro
Debêntures					

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

1ª emissão - série única	CDI + 1,45%	dez/26	399.616	-	Investimentos
4ª emissão - 2ª série	IPCA + 7,48%	dez/22	-	165.478	Investimentos
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	dez/25	114.014	108.451	Investimentos
5ª emissão - série única	IPCA + 5,87%	dez/23	907.366	873.474	Investimentos
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	out/24	523.837	501.278	Investimentos
7ª emissão - série única	a IGPM + 6,10%	mai/28	372.171	352.235	Capital de giro
8ª emissão - série única	a CDI + 0,50%	out/22	-	2.033.161	Capital de giro
9ª emissão - 1ª série	IPCA + 5,12%	ago/31	491.153	484.974	Investimentos
9ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,22%	ago/36	467.841	477.578	Investimentos
1ª emissão	CDI + 1,95%	ago/24	824.866	717.651	Investimentos

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2022
13 a 24 meses	1.464.840	1.798.401
25 a 36 meses	1.744.513	1.227.708
37 a 48 meses	135.491	754.560
49 a 60 meses	215.980	356.075
61 a 72 meses	215.980	356.120
73 a 84 meses	216.025	402.829
85 a 96 meses	261.191	383.799
Acima de 96 meses	1.125.007	1.314.224
	5.379.027	6.593.716

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia e suas subsidiárias mantêm relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro e não têm outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas acima citadas. A Administração esclarece ainda que as

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão de nossos negócios. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

A Administração informa que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. Contudo, a Administração esclarece que, atualmente, o BNDES pode ser considerado credor mais favorecido, uma vez que seus contratos contam com estrutura de garantias específicas, por meio de fianças bancárias.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

A Administração informa que determinados contratos financeiros apresentam cláusulas que determinam a observância dos seguintes e determinados índices financeiros (*covenants*) mínimos:

Dívida	Companhia	Meta	Índice
BNDES	Sulgás	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ / LAJIDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 3,50	0,35
BNDES	Sulgás	Índice de endividamento geral (Exigível total ⁽ⁱⁱⁱ⁾ / Passivo total) não poderá ser superior a 0,8	0,64
BNDES	Comgás	Dívida onerosa líquida ⁽ⁱ⁾ / LAJIDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,00	1,64
Resolução 4131			
Debêntures de 4ª a 9ª emissões			
Debênture 4ª emissão	Comgás	Endividamento de curto prazo / Endividamento total ⁽ⁱⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 0,6	0,17

- (i) “Dívida onerosa líquida” consiste em no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliário.
- (ii) “LAJIDA” corresponde ao resultado líquido encerrado nos últimos 12 (doze) meses, acrescidos dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das amortizações.
- (iii) “Endividamento total” corresponde ao somatório de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da Companhia, de curto e longo prazo, incluindo o saldo líquido das operações com derivativos.

Para os demais empréstimos e financiamentos da Companhia e suas subsidiárias, não consta nenhuma cláusula restritiva financeiras e não financeiras.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas acima descritas e entende que, e na data deste Formulário de Referência, atendeu todas as cláusulas restritivas e *covenants* financeiros nas medições anuais, mencionados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

Consolidado	Dívida Líquida / EBITDA	Dívida de curto prazo / Dívida total
Resultado		
31 de dezembro de 2021	0,78	0,30
31 de dezembro de 2022	1,26	0,20

A dívida líquida compreende os empréstimos, financiamentos e debêntures, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

A dívida de curto prazo compreende os empréstimos, financiamentos e debêntures com vencimento até 12 meses e a dívida total compreende os empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo.

Destaca-se ainda que as medições não contábeis utilizadas acima para fins de *covenants* financeiros são definidos isoladamente por cada escritura e não devem ser confundidos com as utilizadas pela Companhia e divulgadas no item 2.5 deste Formulário de Referência.

(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia através de suas subsidiárias dispunha de linhas de crédito em bancos, que não foram utilizadas, no valor aproximadamente de R\$ 1.045.797. O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Todas as demonstrações contábeis consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações referentes aos exercícios sociais de 2022 e 2021, apresentadas nesta seção são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	AH 2022 vs. 2021
Receita operacional líquida	20.133.787	100,00%	12.330.209	100,00%	63,29%
Custos de produtos vendidos e serviços prestados	-16.561.153	-82,26%	-9.755.425	-79,12%	69,76%
Resultado bruto	3.572.634	17,74%	2.574.784	20,88%	38,75%
Despesas de vendas	-163.256	-0,81%	-125.412	-1,02%	30,18%
Despesas gerais e administrativas	-781.731	-3,88%	-502.049	-4,07%	55,71%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-91.905	-0,46%	25.569	0,21%	-459,44%
Despesas operacionais	-1.036.892	-5,15%	-601.892	-4,88%	72,27%
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos	2.535.742	12,59%	1.972.892	16,00%	28,53%
Resultado de equivalência patrimonial	147.878	0,73%	-	-	-
Despesas financeiras	-1.291.850	-6,42%	-900.783	-7,31%	43,41%
Receitas financeiras	898.099	4,46%	703.204	5,70%	27,72%
Variação cambial líquida	102.655	0,51%	-60.953	-0,49%	-268,42%
Derivativos	-86.041	-0,43%	-31.084	-0,25%	176,80%
Resultado financeiro líquido	-377.137	-1,87%	-289.616	-2,35%	30,22%
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.306.483	11,46%	1.683.276	13,65%	37,02%
Corrente	-723.405	-3,59%	-151.823	-1,23%	376,48%
Diferido	394.220	1,96%	211.183	1,71%	86,67%
Imposto de renda e contribuição social	-329.185	-1,63%	59.360	0,48%	-654,56%
Resultado líquido do período	1.977.298	9,82%	1.742.636	14,13%	13,47%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita operacional líquida

	Consolidado	Consolidado
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Distribuição de gás		
Industrial	13.460.397	7.386.257
Residencial	2.103.985	1.610.286
Cogeração	970.207	637.489
Automotivo	958.363	364.664
Comercial	776.042	448.615
Termogeração	9.656	-
Receita de construção	1.217.818	1.020.176
Outros	398.774	242.226
	19.895.242	11.709.713
Comercialização de energia elétrica	238.545	620.496
Total	20.133.787	12.330.209

A receita operacional líquida totalizou R\$ 20.133,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação de R\$ 7.803,6 milhões, ou 63,3%, quando comparada com o valor de R\$ 12.330,2 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo aumento do preço do gás natural no período em função de flutuações de Brent e câmbio, além da consolidação de Sulgás e Commit a partir de 2022. Adicionalmente, a variação também sofreu impacto do menor volume dos contratos de energia, que tiveram liquidações no decorrer de 2022.

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados totalizaram R\$ 16.561,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação de R\$ 6.805,7 milhões, quando comparada com o valor de R\$ 9.200,2 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. O custo do gás, transporte e outros passou de R\$ 7.211,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 14.307,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação de 98,4%. Essas variações ocorreram principalmente em função do custo da molécula, composta por fatores taxa de câmbio e Brent. Adicionalmente, a variação também é impactada pelo resultado de Sulgás e Commit, reconhecidas a partir de 2022. O custo da construção da malha de distribuição do gás passou de R\$ 1.020,2 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 1.217,8 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de 2022, representando uma variação de 19,4%. Por fim, houve o custo de R\$ 260,9 milhões referentes energia elétrica liquidada no período.

Despesas de vendas

Despesas de vendas totalizaram R\$ 163,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação de R\$ 37,8 milhões, ou 30,18%, quando comparada com o valor de R\$ 125,4 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pela consolidação de Sulgás e Commit a partir de 2022.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 781,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação de R\$ 279,7 milhões, ou 55,71%, quando comparada com o valor de R\$ 502,0 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pela inclusão de Sulgás e Commit ao portfólio a partir de 2022, além de impacto inflacionário e maiores taxas de fiscalização das agências reguladoras, definidas em função de receita bruta, bem como, aumento com as despesas com pessoal.

Outras receitas (despesas) líquidas

Outras receitas (despesas) líquidas totalizaram -R\$ 91,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação de -R\$ 117,5 milhões, ou -459,4%, quando comparada com o valor de R\$ 25,6 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação negativa pode ser explicada, principalmente, pelo reconhecimento que ocorreu em 2021 dos créditos extemporâneos de pis e cofins e receita não faturada líquida

Despesas financeiras

Despesas financeiras totalizaram -R\$ 1.291,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação de -R\$ 391,1 milhões, ou 43,4%, quando comparada com o valor de R\$ 900,8 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo impacto do CDI médio (12,5% em 2022 vs 4,5% em 2021), além de maior dívida líquida em 2022 após liquidação das aquisições realizadas no período.

Receitas financeiras

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receitas financeiras totalizaram R\$ 898,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação de R\$ 194,9 milhões, ou 27,72%, quando comparada com o valor de R\$ 703,2 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pela maior rentabilidade de caixa e aplicações em função do maior CDI médio no período.

Variação cambial líquida

Variação cambial líquida totalizou R\$ 102,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação de R\$ 163,6 milhões, ou -268,42%, quando comparada com o valor de -R\$ 61,0 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Derivativos

Derivativos totalizou R\$ 86,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação de R\$ 55,0 milhões, ou 176,8%, quando comparada com o valor de R\$ 31,1 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação pode ser explicada, principalmente, por swap de taxa de juros e hedge de commodities. Os instrumentos financeiros derivativos são usados apenas para fins de hedge econômico (sem caráter especulativo).

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social totalizaram -R\$ 329,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação negativa de R\$ 388,5 milhões, ou -654,6%, quando comparada com o valor de R\$ 59,4 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ANÁLISE COMPARATIVA DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

(em R\$ milhares, exceto %)	Consolidado				
	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	AH 2022 vs. 2021
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.926.605	115,37%	2.171.057	110,3%	80,86%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	-1.750.107	-51,42%	-	-52,1%	-8,07%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	-2.335.221	-68,61%	1.395.521	41,8%	-267,34%
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	-158.723	-4,66%	1.662.825	100,0%	-109,55%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.562.358	104,66%	1.899.533	0,0%	87,54%
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.403.635	100,00%	3.562.358	100,0%	-4,46%

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 3.926,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparativamente a R\$ 2.171,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 o que representou uma variação de R\$ 1.755,5 ou 80,86%. A variação se refere principalmente as transações operacionais da Companhia em todos os segmentos de atuação.

Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento

O caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento totalizou R\$ 1.750,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparativamente a R\$ 1.903,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 o que representou uma variação de R\$ 153,6 ou -8,07%. Essa redução se deve, principalmente, a aquisição de investimentos, líquido do caixa adquirido, aquisição de CAPEX e caixa recebido na venda das distribuidoras.

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento totalizou R\$ 2.335,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparativamente a R\$ 1.395,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 o que representou uma variação de R\$ 3.730,7 ou -267,3%. Essa redução se deve, principalmente, a aquisição da participação de acionistas não controladores da subsidiária Sulgás, efeito líquido das novas captações e amortização de principal e juros e pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 – Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) *descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

Nossa receita é composta principalmente pelos seguintes itens:

- Receita bruta na distribuição de gás.
- Receita bruta na comercialização de energia, a qual é dividida em (i) mercado de curto prazo; e (ii) operações de *trading*.
- Receita bruta na prestação de serviços.
- Receita de construção.
- Impostos e deduções sobre vendas.

A Companhia e suas controladas têm como atividades principais (i) distribuição de gás natural canalizado para clientes dos segmentos industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; (ii) comercialização de energia elétrica e desenvolvimento de projetos de comercialização de gás natural; (iii) desenvolvimento de projetos de infraestrutura em terminal de regaseificação e gasoduto de escoamento offshore; e (iv) desenvolvimento de projetos de geração térmica por meio do gás natural.

(ii) *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

A Administração entende que os resultados das operações da Companhia nos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram materialmente afetados pelos reajustes tarifários de sua controlada Comgás, que representa majoritariamente o resultado consolidado da Companhia.

Em 25 de fevereiro de 2021, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.136, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte para os usuários não residenciais e não comerciais sobre as tabelas tarifárias aplicadas pela concessionária a partir de 28 de fevereiro de 2021, com impacto médio para o segmento industrial e cogeração de 4,8% e para o segmento automotivo de 5,4%.

Em 27 de maio de 2021, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.162, que atualizou as margens de distribuição para todos os usuários sobre as tabelas tarifárias aplicadas pela concessionária a partir de 31 de maio de 2021. Para conter o impacto nas tarifas, a ARSESP propôs reduzir o índice de reajuste da margem de 32% (IGP-M) para 7,6%, para os usuários residenciais e comerciais, cujas tarifas são mais afetadas por este componente. A variação na tarifa final para os usuários residenciais com consumo médio de 30 m³/mês, foi de 9,5%, já para os usuários comerciais com consumo médio de 100 m³/mês, a variação foi de 9,7%. Para as indústrias com consumo médio de 1 milhão m³/mês, a variação foi de 9,7%, enquanto para o segmento GNV a variação foi de 8,1%.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Em 1 de outubro de 2021, a Compass e a Comgás celebraram com o Governo de Estado de São Paulo, representado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SIMA, tendo a ARSESP como interveniente anuente, o 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado nº CSPE/01/99 da Comgás, prorrogando a concessão da Comgás para operação de serviços públicos de distribuição de gás canalizado até 2049. Tal prorrogação está expressamente prevista no Contrato de Concessão original, firmado em 1999, fundamentando-se ainda na Constituição Federal, nas leis ordinárias e no interesse público. O processo de prorrogação foi iniciado em 2019, tendo sido objeto da consulta pública nº 10/21, da audiência pública nº 05/21 e de robusto escrutínio conduzido pela ARSESP, assegurando a transparência e a ampla participação da sociedade no processo regulatório.

No dia 8 de dezembro de 2021 a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.254, com vigência a partir do dia 10 de dezembro de 2021, atualizando o custo do gás e transporte e a parcela de recuperação da conta gráfica de gás, que resultou nos seguintes ajustes nas tarifas de venda de gás dos segmentos: aumento médio de 19% no segmento industrial, de 18% no segmento residencial e comercial, e de 23% no preço do Gás Natural Veicular ("GNV"), considerando a tarifa aplicada para os postos de combustíveis, e 22% para o segmento cogeração e refrigeração. Essa deliberação também modificou a mecânica de aplicação dos impostos, considerando o julgamento de Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 574.7096 no STF, o qual decidiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS, PASEP e da COFINS.

No dia 03 de março de 2022 a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.274, com vigência a partir do dia 10 de março de 2022, dispôs sobre a atualização das tabelas tarifárias e sobre a tarifa de uso do sistema de distribuição a serem aplicadas no mercado livre que resultou no aumento médio de 14,5% no segmento industrial, de 16,1% no preço do (GNV), considerando a tarifa aplicada para os postos de combustíveis, e 15,9% para o segmento cogeração e refrigeração.

No dia 27 de junho de 2022, em cumprimento à Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, que trata da redução a zero da alíquota de PIS/COFINS e PASEP quando do faturamento na venda de gás natural veicular até 31 de dezembro de 2022, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.301, com vigência retroativa à 23 de junho de 2022. A redução nas tarifas finais aos consumidores do segmento GNV foi de 8,9%, ficando todos os demais segmentos sem alteração.

Em 1 de setembro de 2022 a ARSESP publicou a deliberação nº 1.329, com vigência a partir de 10 de setembro de 2022, que dispôs sobre a atualização das Tabelas Tarifárias e sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") a serem aplicadas no mercado livre. A diminuição média na tarifa final dos grandes consumidores cativos (industrial, GNV, cogeração e refrigeração) foi de -0,1%, não havendo alteração de tarifas para os segmentos residencial e comercial.

Em 7 de dezembro de 2022 a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.359, com vigência a partir de 10 de dezembro de 2022, que dispôs sobre o reajuste dos valores das margens de distribuição, a atualização do custo médio ponderado do gás e do transporte, o repasse das contas gráficas, sobre a TUSD a ser aplicada no mercado livre e as tabelas tarifárias a serem

2.2 Resultados operacional e financeiro

aplicadas pela Comgás. Para os consumidores do segmento residencial e comercial houve um reajuste médio de 11% nas faturas de gás canalizado e, para os demais segmentos (industrial, GNV, cogeração e refrigeração) ocorreu uma redução de cerca de 10% nas faturas de gás.

Posteriormente, em 22 de dezembro de 2022, em decorrência da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, que realizou alterações na Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) e outras leis, que em especial, trata da redução a zero da alíquota de PIS/COFINS e PASEP quando do faturamento na venda de GNV até 31 de dezembro de 2022, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.368, com vigência em 1 de janeiro de 2023.

Ato contínuo, em 3 de janeiro de 2023, em virtude da Medida Provisória nº 1.157, de 1º de janeiro de 2023, que em seu artigo 4º, inciso II, reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações realizadas com GNV classificado nos códigos 2711.11.00 ou 2711.21.00 da NCM até 28 de fevereiro de 2023, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.374, mantendo em zero a alíquota de PIS/Confins e Pasep para o segmento veicular.

Vale ressaltar que, em decorrência da publicação do Decreto nº 67.383, de 20 de dezembro de 2022, a partir de 16 de janeiro de 2023 a alíquota de ICMS incidente sobre as operações de gás natural passa de 15,6% para 15%.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Administração entende que as variações relevantes de nossa receita bruta na venda de gás e serviços nos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é explicada principalmente pelo repasse do aumento dos custos de gás e transporte nas tarifas, repasse inflacionário das margens de distribuição, bem como maior volume distribuído no período.

(c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

As principais taxas indexadoras aplicáveis aos nossos negócios nos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são o IPCA, CDI e TJLP:

- IPCA: Esse índice impacta na margem da Companhia por meio dos reajustes determinados pelo regulador
- CDI: Todos os passivos financeiros de curto prazo e as aplicações financeiras da Companhia, além da proteção da dívida (swaps), estão atrelados à variação do CDI, bem como dívidas de longo prazo em moeda externa que são, obrigatoriamente, trocadas por CDI por meio de instrumentos derivativos.
- TJLP: Como nossa expansão é baseada em financiamentos de longo prazo que, majoritariamente, variam de acordo com a TJLP (empréstimos do BNDES), a variação desta taxa pode afetar significativamente o serviço de nossa dívida.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Taxas de câmbio: Possuímos dívidas em moeda estrangeira, porém todas estão de acordo com nossa política de tesouraria, devidamente protegidas (“swapadas”) para Reais indexados ao CDI.

A inflação afeta nosso desempenho financeiro, aumentando despesas operacionais. Estas despesas operacionais incluem os custos de mão de obra, despesas com vendas, gerais e administrativas. No entanto, a inflação não teve impacto material sobre nossos negócios para os períodos apresentados, porque são feitos reajustes pelo Órgão Regulador a margem bruta pela inflação registrada no período.

Os contratos de fornecimento de gás natural, principal insumo das distribuidoras, têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local. Todas as variações impactam diretamente em nossa margem bruta. Essas variações são capturadas pela conta corrente regulatória que não é contabilizada, porém seu saldo é considerado na construção da tarifa autorizada e revisada pelo órgão regulador anualmente ou quando houver um desequilíbrio econômico-financeiro. Esse mecanismo nos confere uma proteção em relação às variações no custo do gás natural.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 – Mudanças nas práticas contábeis

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

A Companhia aplica o modelo de ativo intangível conforme ICPC 01 / IFRIC 12 e CPC 04 / IAS 38 para a contabilização dos contratos de concessão de distribuição de gás natural. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia aplicava a política contábil consistente com o entendimento da operação à época, classificando a amortização do ativo de concessão como despesas gerais e administrativas.

O avanço do mercado brasileiro no segmento de distribuição de gás e entrada de novos participantes no mercado permitiu que a Companhia reavaliasse tal política em 1 de janeiro de 2022, e mudasse voluntariamente a apresentação da classificação da amortização do contrato de concessão de despesas para custos de vendas, por entender que tal apresentação fornece informações mais relevantes aos usuários de suas demonstrações financeiras, pois está mais alinhada com as práticas adotadas pelo mercado. Esta reclassificação não impacta as margens regulatórias ou os principais indicadores utilizados pela Companhia.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O auditor incluiu, no relatório referente às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, ênfase relativa à reapresentação dos valores correspondentes.

Os efeitos da mudança na prática contábil adotada pela Companhia em 2022, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A opinião do auditor não contém modificação relacionada a esse assunto.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 – Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Sulgás

Em 3 de janeiro de 2022, a Companhia, por meio de sua controlada Compass Um Participações S.A. (“Compass Um”) concluiu a aquisição de 51% do capital social da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (“Sulgás”) de propriedade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul pelo montante de R\$ 945.979, pago em caixa, que incluiu a antecipação de dividendos de R\$9.264. A partir dessa data, a Sulgás passou a ser consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia.

Commit

Em 11 de julho de 2022, a Companhia concluiu a aquisição da participação de 51% da Petrobras Gás S.A. (“Gaspetro”), pelo montante de R\$2.097.758, pago em caixa. Com a conclusão da aquisição, a Companhia assumiu o controle da adquirida. Com a aquisição, a Companhia reforça o compromisso de atuação e investimento no segmento de distribuição de gás natural, contribuindo para garantir a segurança energética fundamental para o crescimento econômico e o aumento da competitividade das regiões onde atua. A participação não controladora de 49% das ações ordinárias pertence à Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (“Mitsui”), está mensurada de acordo com a parcela proporcional de participação nos ativos líquidos identificáveis e registrada no patrimônio líquido da Companhia.

Após aquisição da Commit, em um movimento de gestão de portfólio, as distribuidoras que estavam classificadas como ativo disponível para venda na data de aquisição da Commit, foram vendidas para os acionistas que detinham o direito de preferência, conforme abaixo:

Em 21 de julho de 2022, o Estado da Paraíba exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 41,5% da PBGás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R\$ 47.251.

Em 21 de julho de 2022, a Termogás S.A. (“Termogás”) exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 24% da Cebgás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R\$ 561.

Em 22 de julho de 2022, o Estado de Alagoas exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 12,06% da Algás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

mediante o pagamento, à vista, do montante de R\$ 27.067. A Commit, após essa operação, manteve 29,44% de participação na Algás.

Em 25 de julho de 2022, o Estado da Bahia exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 41,5% da BahiaGás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R\$ 574.778.

Em 26 de julho de 2022, o Estado do Ceará exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 12,06% da Cegás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R\$ 76.399. A Commit, após essa operação, manteve 29,44 de participação na Cegás.

Em 29 de julho de 2022, a Companhia Energética de Brasília ("CEB") exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 8% da Cebgás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R\$ 187.

Em 8 de novembro de 2022 a Commit realizou a venda de sua participação minoritária em quatro distribuidoras de gás natural não operacionais para Termogás S.A., sendo: 37,25% da Companhia de Gás do Amapá ("Gasap"), 22,11% da Companhia de Gás do Piauí ("Gaspisa"), 41,5% da Companhia Rondoniense de Gás ("Rongás") e 30,46% da Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. ("GoiasGás"). Como consequência dessas transações, a subsidiária Commit recebeu o montante total de R\$ 1.862.

Em 21 de dezembro de 2022, o Estado do Piauí exerceu o direito de preferência para aquisição da participação acionária remanescente de 15,14% da Gaspisa detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento do montante de R\$ 437.

Por fim, para o ano de 2022, o montante total recebido pela venda da participação das distribuidoras não controladas foi de R\$ 728.542.

(c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não houve quaisquer outros eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades, além dos informados no item 2.4 b (aquisição de negócios e desinvestimentos), que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados.

2.5 Medições não contábeis

2.5 – Medições não contábeis

(a) informar o valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza como medida não contábil o Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization (“EBITDA”), sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização), de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”) e a dívida líquida (“Dívida Líquida”). O EBITDA compreende o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações e amortizações. A Dívida Líquida compreende os empréstimos, financiamentos, debêntures deduzido de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

EBITDA e EBITDA Normalizado

O EBITDA são informações adicionais às demonstrações financeiras, mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não sendo medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representando os fluxos de caixa dos períodos apresentados. O EBITDA não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, nem como indicadores de liquidez da Companhia.

Seguem abaixo os valores do EBITDA relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(Em milhares de reais)	2022	2021
EBITDA	3.459.868	2.532.886

2.5 Medições não contábeis

Dívida Líquida

A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão.

Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida relativos aos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(Em milhares de reais)	2022	2021
Dívida líquida	4.351.952	1.980.976

(b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Seguem abaixo os valores do EBITDA da Companhia relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como a conciliação de tais valores:

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31/12/2022	Exercício social encerrado em 31/12/2021
Resultado líquido do exercício	1.977.298	1.742.636
(+) Imposto de renda e contribuição social	329.185	-59.360
(+) Resultado financeiro, líquido	377.137	289.616
(+) Depreciação e Amortização	776.248	559.994
EBITDA	3.459.868	2.532.886

Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31/12/2022	Exercício social encerrado em 31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.278.839	7.667.987
Caixa e Equivalentes de Caixa	-3.403.635	-3.562.358
Títulos e Valores Mobiliários	-578.358	-1.876.006
Instrumentos financeiros derivativos ¹	55.106	-248.647
Dívida Líquida	4.351.952	1.980.976

¹ Contratos de swap de juros e câmbio

2.5 Medições não contábeis

(c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras, mas não é uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não sendo medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representando os fluxos de caixa dos períodos apresentados. A Companhia utiliza o EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

O EBITDA é utilizado como ferramenta para medição de desempenho e parâmetros de comparação com outras empresas para efeito gerencial, pois tem a vantagem de não ser afetado por resultado financeiro, depreciação e amortização e tributos sobre o lucro. Desta forma, a utilização desse indicador permite que a Companhia analise mais do que apenas seu resultado (lucro ou prejuízo), que muitas vezes é insuficiente para avaliar seu real desempenho por ser frequentemente influenciado por fatores além dos operacionais.

Contudo, o EBITDA apresenta certas limitações, como não considerar o montante de reinvestimento necessário para a manutenção da capacidade produtiva (consumido pela depreciação e amortização), podendo transmitir uma falsa ilustração da liquidez da Companhia, requerendo, assim, que tal indicador seja utilizado em conjunto com outras medições contábeis para que possa ser melhor interpretado.

Dívida Líquida

Entendemos que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à posição de caixa da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 – Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras que as altere substancialmente

Auto de infração na subsidiária Comgás

Em janeiro de 2021, a subsidiária Comgás recebeu despachos decisórios proferidos pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) não homologando compensações realizadas com saldos credores de IRPJ e CSLL. Em virtude das compensações não homologadas, a RFB lavrou autos de infração para cobrança da multa isolada de 50%, também recebidos em janeiro de 2023 pela subsidiária. A chance de perda de tais cobranças está classificada como possível pelos assessores legais.

Julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o STF finalizou o julgamento dos recursos extraordinários RE nº 955227 (Tema 885) e RE nº 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Administração em conjunto com as suas subsidiárias revisou os temas tributários para os quais tem decisão definitiva (coisa julgada) nos últimos 5 anos e não identificou nenhum impacto do julgamento do STF ao tratamento atualmente conferido aos seus recolhimentos tributários.

Devolução dos créditos de PIS/COFINS aos consumidores nas subsidiárias Comgás e Gás Brasileiro

Em janeiro de 2023 a ARSESP realizou audiência pública, relacionada ao tema da devolução dos créditos de PIS/COFINS aos clientes das subsidiárias, provenientes da exclusão do ICMS das suas bases, cuja finalidade é permitir a participação da sociedade para além das contribuições escritas, visando promover o diálogo entre a administração pública e o cidadão. São mecanismos de participação social, de caráter preliminar e consultivo, realizado com prazo definido e aberto a qualquer interessado, com o objetivo de receber contribuições sobre determinado assunto que ainda será aprofundado e analisado no decorrer do processo decisório pela autoridade pública. A agência reguladora, na proposta preliminar, apresentou a concepção do tema a partir de uma possível devolução integral e difusa para todos os usuários. No âmbito da Consulta Pública, as subsidiárias e demais membros da sociedade apresentaram importantes contribuições a serem consideradas pela agência durante o referido período de análise. Dessa forma, até que se conclua as análises por parte da agência reguladora dessas contribuições, o tema segue sob estudo e sem concretização acerca de próximos passos, não havendo assim impacto nessas demonstrações financeiras.

Revisão tarifárias AGERGS

Durante o exercício de 2022 a subsidiária Sulgás passou pelo primeiro processo de revisão tarifária junto a AGERGS, que passou, entre outras, pelas etapas de Consulta e Audiência Pública. Esse processo iniciou-se no mês de janeiro e foi finalizado no mês de dezembro de 2022. Na conclusão deste processo, a AGERGS reconheceu o direito à subsidiária quanto a retroatividade da aplicação da tarifa (período de 2022 que ficou sem cobertura da margem aprovada pela agência), recomendando que eventuais diferenças sejam compensadas na

2.6 Eventos subsequentes as DFs

revisão tarifária de 2023. Durante este processo de revisão, a Companhia efetuou os cálculos e demonstrou os valores a serem repassados ao cliente, junto a AGERGS. Concluiu-se que o montante a ser repassado, a partir de janeiro de 2023, referente ao período de abril a novembro/de 2022, período descoberto pelo processo de revisão tarifária, é de R\$ 42.019.

Contingências tributárias relacionadas a imposto de renda e contribuição social

A partir do 1º trimestre de 2021, a Companhia através de sua subsidiária Comgás passou a apurar e utilizar créditos correntes e extemporâneos decorrentes da não tributação do benefício da redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo, cuja alíquota efetiva é reduzida de 18% para o intervalo entre 12 a 15,6% por força do art. 8º do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.490 ("RICMS/SP"), com redação dada pelos Decretos Estaduais nos 62.399/2016 e 67.383/2022. Esses créditos foram utilizados pela subsidiária com base no seu melhor entendimento sobre o tema, consubstanciada pela opinião de seus assessores jurídicos externos, a qual levou em consideração toda a jurisprudência aplicável, inclusive o entendimento firmado em novembro de 2017 pela 1ª Seção do STJ quanto à aplicação da tese do pacto federativo, o qual passou a ser aplicado em reiterados julgados da 1ª Turma do STJ. Em 8 de março de 2022, houve o julgamento sobre o tema na 1ª Turma do STJ, favorável ao contribuinte, envolvendo benefício fiscal de diferimento do ICMS, obtido mediante contrato. Em 5 de abril de 2022, houve o julgamento na 2ª Turma do STJ, desfavorável ao contribuinte, em caso que envolvia redução da base de cálculo do ICMS. Após referida divergência, o tema foi pautado para julgamento pela 1ª Seção do STJ no dia 26 de abril de 2023. Embora tenha sido proferida uma decisão liminar pelo STF determinando a suspensão da eficácia do julgamento do STJ do dia 26 de abril, a sessão ocorreu e os ministros decidiram de forma unânime contra os contribuintes e a tese defendida pela subsidiária. Em 04 de maio de 2023, o pedido liminar foi reconsiderado pelo Ministro do STF que a concedeu, passado a decisão do STJ a ter eficácia a partir do dia 26 de abril de 2023. Em que pese (i) o histórico de divergência entre as 1ª e 2ª Turmas do STJ, (ii) o fato de o acórdão do STJ ainda não ter sido publicado, (iii) a possibilidade de oposição de embargos de declaração ao acórdão, inclusive para resguardar fatos geradores pretéritos e, ainda, (iv) a possibilidade de discussão do tema perante o STF, os administradores da subsidiária, com os dados e fatos existentes no momento, observando a interpretação técnica que disciplina o tratamento das incertezas quanto aos tributos sobre o lucro (ICPC22 e IFRIC 23), decidiram pela constituição de provisão em 31 de março de 2023 devido à decisão desfavorável com confirmação de obrigação presente ao final do período contábil. A provisão foi constituída no valor total atualizado de R\$1.191.283 (R\$ 925.754 de principal registrado na rubrica de imposto de renda corrente, R\$117.863 de juros e R\$147.665 de multa registrados na rubrica de resultado financeiro), que engloba as autuações recebidas para os exercícios de 2015, 2016 e 2017 e os demais créditos aproveitados nos anos seguintes até 31 de março de 2023, acrescidos dos respectivos encargos legais.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Política de Destinação dos resultados sociais

	2022
Regras sobre retenção de lucros	De acordo com o nosso Estatuto Social, o lucro líquido do exercício possuía a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei; (ii) o necessário, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (iii) para manutenção da reserva de lucros estatutária denominada "Reserva Especial, que possuía por fim reforçar o capital de giro e financiar a manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o nosso objeto social e/ou de nossas controladas, inclusive por meio da subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 50% do lucro líquido de cada exercício e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do nosso capital social subscrito; e (iv) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas na forma de dividendos, em cada exercício, não inferior a 50% do lucro líquido anual ajustado, e assegurando a distribuição mínimo obrigatória na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A.
Valores das retenções de lucros	A retenção de lucros da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 924.320, destinados à reserva estatutária da Companhia, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social da Companhia.
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a retenção do lucro da Companhia, corresponde a 50%.
Regras sobre distribuição de dividendos	Após realizadas as deduções contempladas no nosso Estatuto Social, o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 50% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode, até os limites legais, declarar dividendos à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Periodicidade das distribuições de dividendos	Em regra, a distribuição de dividendos será anual, podendo o Conselho de Administração levantar balanços semestrais ou em períodos menores e declarar dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório. Além disso, por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados, até os limites legais, dividendos à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou intermediário.
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável a Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Lei das S.A. permite que a distribuição do dividendo obrigatório seja suspensa caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a nossa situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deverá emitir seu parecer de recomendação sobre tal informação. Os lucros não distribuídos em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a nossa condição financeira o permita.
Se a Companhia possui política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.7 Destinação de resultados

aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	
--	--

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Descrição dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) **carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(ii) **contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022..

(iii) **contratos de construção não terminada**

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iv) **contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) **outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – Comentários dos diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.10 Planos de negócios

2.10 – Principais elementos do plano de negócios da Companhia

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Nossos principais investimentos e foco no segmento de distribuição passam diretamente pela execução do plano regulatório das distribuidoras, e avaliamos constantemente de forma seletiva aquisições e privatizações, buscando ampliar nossa atuação nesse mercado e replicando o modelo de negócios de sucesso da Comgás.

Os investimentos em 2022 totalizaram R\$ 1.751 milhões, aumento de 22% quando comparado com o mesmo período de 2021. No acumulado anual, R\$ 1.345 milhões referem-se aos investimentos das controladas de distribuição de gás que ocorreram conforme o planejado nos planos de negócios tarifários. O restante refere-se substancialmente ao investimento para a construção do TRSP.

Para 2023 estamos projetando um Capex entre R\$ 1.900 milhões e R\$ 2.200 milhões, considerando os investimentos do TRSP e definidos nos planos regulatórios das distribuidoras.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de investimento com sua geração própria de caixa e através de captações de recursos junto a bancos privados, linhas de créditos com o BNDES e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais. Adicionalmente, se necessário, a Companhia utiliza de aportes de capital para suportar os investimentos.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

2.10 Planos de negócios

Não aplicável, tendo em vista que não há pesquisas de novos produtos e serviços em andamento.

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não teve gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Estamos desenvolvendo dois grandes projetos de infraestrutura de gás natural: o TRSP, para importação de GNL, e o Rota 4, gasoduto de escoamento para a produção de gás do pré-sal.

A Compass iniciou a construção do TRSP em 2021. Localizado no Porto de Santos, o TRSP possui uma capacidade de regaseificação nominal licenciada de 12 milhões de m³/dia e capacidade de armazenamento de 173 mil m³ de GNL. O TRSP irá operar em um modelo de afretamento da Floating Storage and Regasification Unit (FSRU), embarcação especializada na regaseificação do GNL. O prazo estimado para início de operação é 2023.

Também estamos desenvolvendo o Rota 4, conectando os poços de produção da bacia de Santos ao continente, onde construiremos uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN). Conforme publicado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), esse projeto possui duas alternativas, o Rota 4a, ligado a Cubatão (SP) e o Rota 4b, ligado ao Porto de Itaguaí (RJ). A capacidade licenciada é de 21 milhões de m³/dia, com extensão de 267 km e um investimento aproximado de R\$ 8 bilhões, cujos recursos esperamos obter no futuro, e o qual temos interesse em desenvolver juntamente com parceiros estratégicos mantendo uma participação minoritária. Esse investimento vem sendo estudado desde 2012 e encontra-se em fase de licenciamento. Esperamos que o Rota 4 permita o nosso acesso ao gás competitivo do pré-sal, também um importante passo na nossa estratégia de diversificação de suprimento.

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não houve gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Em 2022, acompanhando a evolução do modelo de negócio da Companhia e as aquisições dos novos ativos, a matriz de materialidade estabelecida em 2020, passou por um exercício de atualização de modo a refletir a nova estratégia de negócio da Companhia. O estudo foi desenvolvido em etapas e considerou uma ampla análise de tendências, riscos e oportunidades,

2.10 Planos de negócios

pressões e temas de sustentabilidade críticos para o futuro das empresas no setor na visão de diferentes stakeholders prioritários da companhia que foram consultados durante o processo.

Como resultado deste exercício definimos 7 temas ESG materiais para a Compass em alinhamento com o seu modelo de negócio:

- Mudança climática e transição energética
- Eficiência e segurança energética
- Responsabilidade e impacto social positivo
- Diversidade, equidade e inclusão
- Saúde e segurança das pessoas e das operações
- Ética, *compliance* e governança corporativa
- Geração e distribuição de valor

A partir do exercício de materialidade e definição dos 7 temas ESG, estabelecemos 3 pilares de atuação ESG com 9 compromissos 2030 que refletem o Plano Estratégico ESG da Compass e está alinhada com a agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da ONU.

- Viabilizar uma transição energética segura e eficiente
- Desenvolver as pessoas e a sociedade
- Promover um mercado de gás amplo, transparente e competitivo

A estratégia de ESG da Compass foi desenhada de modo a impulsionar as oportunidades ESG atreladas ao nosso modelo de negócio.

Temos o compromisso de potencializar o papel do gás natural para a transição e segurança energética, seja como recurso de substituição, deslocando energéticos de outras fontes mais ofensoras ao meio ambiente, como carvão, óleo combustível, óleo diesel e GLP, seja como recurso de complementação de energia de fonte renovável garantindo segurança e previsibilidade para a matriz energética devido a característica intermitente das fontes renováveis. Especificamente na frente de transportes, temos o compromisso de impulsionar o uso do GNV na frota de veículos pesados, contribuindo com a descarbonização da matriz de transporte brasileira. Somado a isso, a características intercambial com o Biometano, gás de origem renovável, se apresenta como uma alavanca para redução das emissões de gases de efeito estufa. Assim, ao distribuir e, em breve, passar a fornecer um energético mais limpo e menos poluente, promovemos redução das emissões de carbono e contribuimos, de forma direta e indireta, para incrementar as condições da mobilidade e a segurança energética no país.

O desenvolvimento do mercado de biometano deve ajudar a tornar a matriz energética brasileira mais limpa e, com foco nesse objetivo, temos mapeado o potencial de gás de origem renovável em nossas áreas de concessão. Ao promover esses estudos e análises, projetamos os melhores modelos de negócio para viabilizar a entrega desse energético.

2.10 Planos de negócios

No aspecto social, ajudamos a promover o desenvolvimento das regiões onde atuamos. A chegada de gás natural é, comprovadamente, um indutor do desenvolvimento industrial e, como consequência, de melhora das condições de vida. Potencializa tanto a geração de empregos como a de impostos que, por sua vez, se desdobram em benefícios para a comunidade. Ou seja, o impacto positivo está ligado à própria natureza de nossas operações.

Desta forma, o crescimento de conexões de novos clientes alcançado em 2022 pelas empresas que formam a Compass não deve ser visto apenas pela ótica econômica e operacional. A conquista também tem um impacto positivo sobre o meio ambiente. Ao acrescentar milhares de novas conexões à sua malha de distribuição, a companhia amplia o acesso a um energético mais sustentável e ainda colabora para minimizar as emissões originadas pelo transporte de botijões de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP, ou gás de cozinha) feito por caminhões a diesel. O gás natural, por sua vez, chega até o consumidor pelas redes de gasodutos de distribuição, de forma mais limpa e eficiente, e sem poluição sonora.

Acreditamos que o gás natural é essencial para construir uma matriz energética cada vez mais sustentável e mais preparada para enfrentar o contexto das mudanças climáticas. O gás natural não é apenas um energético de transição, mas uma fonte que garante a segurança energética do país no longo prazo.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 – Política de gerenciamento de riscos

(a) se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia e suas subsidiárias, a companhia adota as seguintes políticas:

- Política de Riscos de Mercado e Liquidez
- Política de Riscos de Crédito

A Política de Riscos de Mercado e Liquidez foi aprovada em reunião de Conselho de Administração realizada no mês de 10 de agosto de 2022.

A Política de Riscos de Crédito foi aprovada em reunião do Comitê de Riscos realizada em 03 de outubro de 2022 e sua aprovação pelo Conselho de Administração foi realizada no dia 16 de fevereiro de 2023. Vale ressaltar que as subsidiárias da companhia possuem políticas de gestão de risco

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

As políticas têm por objetivo definir as principais etapas dos trabalhos de avaliação e gestão de riscos para a Companhia e suas subsidiárias. A Gestão de Riscos tem como objetivo identificar, avaliar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Companhia e de suas subsidiárias, por meio do mapeamento e avaliação de riscos, identificação de oportunidades e apoiando os seus negócios no atingimento dos objetivos.

(i) os riscos para os quais se busca proteção

Como holding, a Companhia orienta as suas subsidiárias nas decisões financeiras e estratégicas, e compartilha cultura de governança, conduta ética, atenção à gestão de riscos, valorização do capital humano, bem como disciplina na alocação de capital e foco na criação de valor no longo prazo. Nesse contexto, os riscos aos quais a Companhia está sujeita são, essencialmente, os riscos a que as suas subsidiárias estão sujeitas e que são por elas administrados.

A Companhia busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento dos objetivos traçados pela alta administração. As principais naturezas dos riscos são destacadas abaixo:

Riscos Estratégicos estão associadas à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da organização.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Riscos Operacionais estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas em suas subsidiárias (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na nossa reputação, além do potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

Riscos Financeiros são aqueles associados à exposição das operações financeiras da organização, segregados em:

- **Commodities:** associado à volatilidade do mercado e pode nos afetar quando tiver ativos ou passivos atrelados à commodities
- **Câmbio:** associado à volatilidade do mercado e pode nos afetar quando tiver ativos ou passivos atrelados à moeda estrangeira.
- **Juros:** também associado à volatilidade do mercado. Podemos, eventualmente, contratar dívidas e derivativos indexados a taxas de juros fixos ou flutuantes, porém, alterações na percepção de risco dos agentes do mercado podem gerar volatilidade nas curvas de juros e, desta forma, aumentar as nossas despesas financeiras.
- **Liquidez:** situação em que encontramos dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com nossos passivos financeiros.
- **Crédito:** associado às contrapartes que podem, eventualmente, deixar de honrar seus compromissos e obrigações.

Riscos de Conformidade (Compliance) são aqueles associados à exposição a não cumprimento de leis e regulamentos emitidos pelos governos centrais e locais assim como regulamentos emitidos por entidades reguladoras ou mesmo de natureza interna. Estão associados à prevenção de lavagem de dinheiro, integridade, entre outros.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia e suas subsidiárias mantêm estruturas dedicadas à gestão dos riscos operacionais e estratégicos, como área de Controles Internos, Gestão de Riscos, SSM (Saúde, Segurança e Meio Ambiente), e as utilizam como instrumento para proteção. Tais áreas operam concomitantemente a sistemas operacionais sofisticados com recursos de segurança específicos, tais como bloqueio de acessos a sistemas chave, parametrizações pré-determinadas de segregação de função na execução das atividades, log de atividades dentro do sistema, entre outros que buscam a mitigação desses riscos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A atuação em conjunto das áreas mencionadas acima, permite à Companhia ter uma visão integrada dos riscos e controles, podendo fazer uma melhor avaliação das ações adotadas no tratamento ao risco.

Para definição das tratativas, a avaliação dos riscos é feita de forma conjunta, envolvendo tanto as áreas mencionadas, como também a Diretoria responsável pelo processo em que o risco foi identificado, avaliando o grau de impacto versus probabilidade de ocorrência para cada risco identificado, para então definir-se o melhor instrumento de proteção, que pode ser:

- (i) evitar: quando se elimina o fato gerador do risco, por exemplo, descontinuando determinado processo ou saindo de mercado específico.
- (ii) reduzir: quando são aplicáveis os controles internos (ex. aprovação, revisão, segregação de funções, reconciliação, perfis de acesso etc.) para que o dano potencial do risco seja substancialmente reduzido.
- (iii) compartilhar: quando o risco é dividido com uma contraparte externa à nossa. Exemplos de compartilhamento de riscos são as operações de hedge (moeda estrangeira, preços, juros) e apólices de seguro.
- (iv) aceitar: quando o impacto versus probabilidade do risco é considerado irrelevante, toma-se a decisão de aceitar o risco, pois o custo da ação de controle seria maior do que o próprio risco potencial envolvido.

No âmbito de Riscos Financeiros há instrumentos específicos de proteção classificados abaixo:

Tipo de Risco	Instrumento de Proteção
Comodities	<ul style="list-style-type: none"> • Contrato Futuro ou a termo de <i>Commodities</i> • Contrato de Opções de Compra e/ou Venda de <i>Commodities</i> • <i>Swap</i>
Câmbio	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Non Deliverable Forward (NDF)</i> • <i>Swap</i> • Contrato Futuro de Câmbio • Contrato de Câmbio • Contrato de Opções de Compra e/ou Venda de Moeda Estrangeira • Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira
Juros	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Swap</i> • Contrato Futuro de Taxa de Juros
Liquidez	Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em títulos de renda fixa de curto prazo <ul style="list-style-type: none"> • Contratação de limites para saque (<i>Standby Credit Facility</i> e Conta Garantida) • Controle de exposição conforme índice de liquidez para commodities por vencimento

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Crédito	<p>Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em títulos públicos e instituições financeiras consideradas <i>investment grade</i> em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's</p> <p>Contratos de Derivativos negociados com instituições financeiras consideradas <i>investment grade</i> em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's</p> <p>Limite de exposição de contrapartes não financeiras conforme demonstrativos financeiros</p> <p>Garantias conforme exposição possível em contrato: Carta de Crédito, <i>Stand-by Letter of Credit</i>, Fiança Bancária, Seguro Fiança e <i>Parent Company Guarantee</i></p>
---------	---

Todos os riscos mapeados e suas tratativas são levados para discussão e conhecimento do Comitê de Auditoria, o qual é composto tanto por membros da Companhia como por membros independentes. Diante da diversidade do ambiente onde as subsidiárias gerem seus negócios, não há o que se falar em instrumento único ou de exclusiva utilidade para todos os riscos em que a Companhia está exposta.

Cada risco mapeado recebe tratamento específico, determinado pelas áreas operacionais em conjunto com as áreas dedicadas e com a administração da Companhia.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Nas subsidiárias está contido o Comitê de Riscos, como fórum interno, com participação de ao menos dois Diretores estatutários, de acompanhamento semanal com possibilidade de agenda extraordinária conforme necessidade, desempenhando funções de monitoramento dos fatores de gerenciamento de riscos das mesmas.

O Conselho de Administração, seus órgãos de assessoramento e a Diretoria da Companhia fazem o acompanhamento dos negócios e condutas, desempenhando funções relativas ao gerenciamento de riscos de acordo com as suas funções.

Têm destaque as seguintes funções exercidas pelo Conselho de Administração, conforme Estatuto Social da Companhia: (i) nomear, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir membros do Comitê de Auditoria observadas as disposições da regulamentação em vigor; (ii) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, bem como fixar o orçamento anual ou por projeto destinados a cobrir as despesas para o funcionamento do Comitê de Auditoria, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos; (iii) examinar e aprovar o regimento interno, bem como as regras operacionais, em gênero, para funcionamento do Comitê de Auditoria; (iv) reunir-se sempre que julgar necessário, com o Comitê de Auditoria; (v) examinar e avaliar os relatórios anuais do Comitê de Auditoria; e (vi) aprovar e revisar o Código de Conduta e as políticas da Companhia.

No âmbito do gerenciamento de riscos, destaque-se a atuação do Comitê de Auditoria, cujas funções são descritas a seguir: (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

serviço; (ii) supervisionar as atividades: (ii.1.) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (ii.1.1) a sua independência; (ii.1.2.) a qualidade dos serviços prestados; e (ii.1.3.) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii.2.) da área de controles internos da Companhia; (ii.3.) da área de auditoria interna da Companhia; e (ii.4.) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade: (iii.1.) dos mecanismos de controles internos; (iii.2.) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii.3.) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (iv.1.) a remuneração da administração; (iv.2.) a utilização de ativos da Companhia; e (iv.3.) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; (vi) elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (vi.1.) suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (vi.2.) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (vii) avaliar, monitorar e recomendar ao conselho de administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo política de transações entre partes relacionadas; e (viii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da confidencialidade da informação. O Comitê de Auditoria da Companhia possui regimento interno próprio, aprovado em reunião do Conselho da Administração realizada em 28 de junho de 2022, e está disponível para consulta no seguinte endereço: <https://www.compassbr.com/sobre-a-compass-gas-e-energia/estatuto-politicas-e-codigo-de-conduta/>.

A área de Riscos, subordinada à Diretoria Financeira, tem como responsabilidade, entre outras atribuições: (i) desenvolvimento das métricas e políticas de riscos; (ii) acompanhamento dos fatores de risco; (iii) apresentação dos fatores de risco do negócio em Comitê de Riscos; e (iv) auxílio em novos negócios.

A área de Auditoria Interna, subordinada ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, entre outras atribuições, tem a responsabilidade de: (i) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (ii) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos, adequação às leis e políticas internas; (iii) executar procedimentos de avaliação da eficácia dos controles internos; (iv) mapear os riscos inerentes ao negócio; e (v) reportar tempestivamente à administração os resultados da gestão de riscos.

(c) adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O Comitê de Auditoria da Companhia desempenha a função de acompanhar e verificar a efetividade dos controles internos junto ao auditor externo. Destaque-se, nesse sentido, que o Comitê de Auditoria e a Companhia entendem que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

A Companhia entende que a correta identificação e gestão de riscos é um importante vetor de governança, e que as políticas de gerenciamento de riscos são suficientes para a devida avaliação e monitoramento da totalidade dos riscos a que está sujeita, incluindo dos riscos de mercado a serem avaliados e monitorados.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 – Descrição dos controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui em sua estrutura organizacional as áreas de Auditoria Interna, de Controles Internos, de Gestão de Riscos e Compliance que, dentre outras atribuições, são responsáveis pelo estabelecimento, pela manutenção e pela avaliação da eficácia de controles relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras.

Em seu escopo funcional, as áreas supracitadas têm como principais atividades: (a) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (b) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos, adequação às leis e políticas internas; (c) realizar acompanhamento dos planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (d) identificar economias e redução de custos; (e) criar controles e realizar testes para garantir a adequação às exigências de Controles Internos, Lei Anticorrupção e FCPA; (f) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (g) disseminar a cultura de controles internos; (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (i) controle e aprovação de perfis de acesso ao sistema SAP; (j) mapear os riscos inerentes ao negócio; (k) auxiliar na implantação de planos de ação; e (l) reportar tempestivamente à administração os resultados da gestão de riscos.

Os controles referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras são executados sob a supervisão dos Diretores e sob a responsabilidade do Presidente e do Diretor Financeiro da Companhia, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB.

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros, conforme definido pela regra 13a15(f) sob a Lei de Valores Mobiliários da SEC de 1934, o *Securities Act of 1934*. Para avaliar a eficiência dos controles internos de preparação e divulgação das demonstrações financeiras, a administração realizou uma avaliação de riscos e processos, incluindo testes de controles, utilizando os critérios estabelecidos na estrutura integrada, *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (“COSO”) – 2013. Com base nesses critérios, certas deficiências significativas, descritas na seção “5.2.d”, foram identificadas e a Administração concluiu que os controles internos sobre demonstrações financeiras não foram efetivos em 31 de dezembro de 2022. Entretanto, essas deficiências não comprometeram as demonstrações financeiras deste exercício que refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais (IFRS). As providências tomadas para remediar as deficiências significativas estão descritas na seção “5.2.d”.

5.2 Descrição dos controles internos

O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos.

Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

A Companhia possui um Comitê de Auditoria responsável por assessorar a administração sobre a seleção do auditor independente, revisar o escopo de auditoria, validar outros serviços permitidos prestados por nosso auditor independente e avaliar nossos controles internos de forma constante.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Financeira – principal área responsável pelas demonstrações financeiras e que se reporta diretamente para a Presidência da Companhia – conta com o suporte da Diretoria de Transações Financeiras dos Serviços ao Negócio e Tecnologia (SN&Tech) para elaboração das demonstrações financeiras, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

O Comitê de Auditoria, por sua vez, tem a função de (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades: (ii.1.) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (ii.1.1) a sua independência; (ii.1.2.) a qualidade dos serviços prestados; e (ii.1.3.) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii.2.) da área de controles internos da Companhia; (ii.3.) da área de auditoria interna da Companhia ; e (ii.4.) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade: (iii.1.) dos mecanismos de controles internos; (iii.2.) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii.3.) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (iv.1.) a remuneração da administração; (iv.2.) a utilização de ativos da Companhia; e (iv.3.) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; (vi) elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (vi.1.) suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (vi.2.) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o

5.2 Descrição dos controles internos

Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (vii) avaliar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo política de transações entre partes relacionadas; e (viii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da confidencialidade da informação.

A área de Auditoria Interna, subordinada ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, entre outras atribuições, tem a responsabilidade de: (i) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (ii) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos, adequação às leis e políticas internas; e (iii) executar procedimentos de avaliação da eficácia dos controles internos.

A área de Riscos, subordinada à Diretoria Financeira, tem como responsabilidade, entre outras atribuições: (i) desenvolvimento das métricas e políticas de riscos; (ii) mapeamento dos riscos inerentes ao negócio; (iii) análise, mensuração e priorização dos riscos; (iv) suporte ao dono do risco na definição de plano de ação mitigatório; (v) acompanhamento dos fatores de risco; (vi) apresentação dos fatores de risco do negócio em Comitê de Riscos; (vii) auxílio em novos negócios; (viii) reporte tempestivo dos resultados da gestão de riscos à Administração.

A área de Controles Internos, subordinada à Diretoria Financeira, tem como responsabilidade, entre outras atribuições: (i) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (ii) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (iii) disseminar a cultura de controles internos; (iv) realizar follow up de planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (v) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (vi) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC; e (vii) auxiliar na implantação de planos de ação.

O Conselho de Administração deve manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício, além de aprovar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado por meio de relatório ao Comitê de Auditoria da Companhia submetido ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente da Companhia, aos Diretores e aos Gerentes envolvidos.

Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas em bases mensais pela área de Auditoria Interna e Controles Internos. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades da companhia e de suas

5.2 Descrição dos controles internos

subsidiárias que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas recomendadas pelo Internal Control Integrated Framework emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission ("COSO") – 2013.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia e de suas subsidiárias em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Conceitualmente, uma deficiência de controle existe quando o desenho ou operação do controle não permite que a Administração ou seus funcionários, no curso normal do desempenho de suas funções, sejam capazes de prevenir ou detectar erros tempestivamente. Já uma deficiência significativa de controle interno é uma deficiência ou a combinação de deficiências de controle interno que é julgada de importância suficiente para merecer a atenção dos responsáveis pela governança, conforme definido pela NBC TA 265.

Como resultado dessa avaliação, foi apontada deficiência significativa no desenho e execução de controles relacionados a forma de contabilização de transações não usuais significativas de combinação de negócios.

Essas deficiências significativas foram apresentadas pelo nosso auditor independente ao nosso Comitê de Auditoria.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração discutiu todas as deficiências com o auditor independente, significativas ou não, e concluiu que estas deficiências não resultaram em distorções reais, pois certas ações atenuantes foram tomadas pela administração para concluir a análise dos relatórios financeiros antes do final do ano, de modo que não houve impacto em nossas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022.

Ainda assim, como responsável pela manutenção de uma estrutura de controles sobre a elaboração de demonstrações financeiras, a Administração entende que seus processos e controles precisam ser eficazes e, neste sentido, está comprometida em implementar as ações apropriadas para mitigar o risco de potenciais erros futuros nas demonstrações financeiras consolidadas, que podem incluir o envolvimento de partes externas, se aplicável.

5.3 Programa de integridade

5.3 – Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira

(a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia e suas subsidiárias adotam mecanismos e procedimentos internos de integridade para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública, que incluem os seus Códigos de Conduta e Políticas Anticorrupção, Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, Oferta e Recebimento de Brindes, Antitruste, Doações e Patrocínios, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Relacionamento com Órgãos Públicos e Medidas Disciplinares.

O documento corporativo que reúne as principais normas e os procedimentos afeitos ao tema é o Código de Conduta, divulgado no site da Companhia (www.compassbr.com/).

O Código de Conduta da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração no dia 31 de agosto de 2020. O Código reflete os valores que norteiam os relacionamentos da Companhia e de suas subsidiárias com seus colaboradores, parceiros comerciais, fornecedores, clientes, acionistas e a comunidade em geral.

A companhia e suas subsidiárias possuem sistemas de controles internos para monitorar seus processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (compliance), que entendem ser adequados aos seus portes, riscos correspondentes e ao volume de suas interações com entes públicos e agentes do governo.

As Políticas são revisadas quando há efetiva necessidade, diante de adoção de novas medidas ou complementação das já existentes.

Os riscos são avaliados, no máximo, anualmente, ou quando há efetiva necessidade de revisão em periodicidade menor.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

5.3 Programa de integridade

A estrutura organizacional é composta pelo Comitê de Ética que tem como finalidade criar um reporte sequenciado ao Comitê de Auditoria, no intuito de dar maior visibilidade ao Conselho de Administração da Companhia, acerca dos relatos de alta criticidade que versem sobre supostas infrações éticas e/ou atos de corrupção, fraudes e desvios tanto na Companhia como em suas subsidiárias.

As apurações de denúncias relacionadas a questões de ética e conduta são lideradas, de forma conjunta, pelas áreas de Compliance Jurídico e Auditoria Interna, subordinadas ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Para auxiliar os reportes, a Companhia também utiliza as áreas de (i) Controles Internos, (ii) Auditoria Interna e (iii) Compliance, que têm as funções abaixo definidas:

Controles Internos:

- Elaborar, revisar e divulgar limites de autoridade, políticas e procedimentos;
- Garantir acessos adequados aos sistemas corporativos e alçadas de aprovação;
- Desenhar e implantar os controles necessários para adequada mitigação dos riscos dos negócios;
- Realizar testes periódicos de controles para garantir a sua efetividade frente aos riscos mapeados;
- Prover informações e treinamentos de controles internos necessários para disseminação da cultura de governança.

Auditoria Interna:

- Realizar avaliação geral de riscos e elaborar Plano Anual de Auditoria com base na criticidade dos processos;
- Avaliar a performance dos processos e controles internos por meio da execução do Plano Anual de Auditoria;
- Realizar follow-up das recomendações de auditoria para assegurar a implantação e aprimoramento do ambiente de controles;
- Conduzir o processo de avaliação interna e acompanhar a avaliação da auditoria externa dos controles SOX;
- Realizar gestão e investigação dos relatos recebidos no Canal de Ética para apuração dos fatos e adoção das tratativas necessárias;
- Reportar ao Comitê de Auditoria os resultados dos trabalhos e assuntos relevantes do período.

5.3 Programa de integridade

Compliance Jurídico:

- Aprovar as diretrizes e ações do Programa de Compliance da Companhia e de suas subsidiárias;
- Atuar nas questões relativas a Compliance relacionados ao Programa de Compliance.

Além disso, o Comitê Estratégico, Socioambiental e de Governança da Companhia é responsável por, entre outras atribuições, zelar pela (i) adoção e aprimoramento de boas práticas de conformidade e integridade pela Companhia e pela suas subsidiárias; (ii) pela efetividade e conformidade das políticas e documentos normativos da Companhia e de suas subsidiárias às exigências legais e regulatórias de seus negócios e atividades; e (iii) pela promoção da transparência na gestão de seus negócios, alinhada com aspectos Ambientais, Sociais e de Governança.

A companhia e suas subsidiárias entendem que seus mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados aos seus portes, riscos correspondentes e ao volume de suas interações com entes públicos e agentes de governo.

(iii) se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta que reúne os valores empresariais, práticas, procedimentos, princípios-chave e normas de conduta relacionadas a decisões éticas, é aplicável a conselheiros, diretores, colaboradores (próprios, terceirizados, estagiários ou temporários, independentemente de cargo ou posição), clientes, fornecedores, acionistas e parceiros da Companhia e de suas subsidiárias. Dessa forma, todos os colaboradores das sociedades integrantes da Companhia, independentemente de hierarquia, são responsáveis por criar e incentivar a cultura de realização de negócios pautados na ética.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O não cumprimento do Código de Conduta ou das Políticas Anticorrupção poderá sujeitar o infrator à aplicação de sanções cabíveis, determinadas de acordo com a gravidade da conduta praticada pelo colaborador. As sanções estão previstas na Política de Medidas Disciplinares, e incluem: advertência verbal, advertência por escrito, suspensão ou demissão com justa causa.

Caso as violações praticadas configurem crime, as autoridades competentes podem ser comunicadas, sem prejuízo das demais previsões acima descritas.

5.3 Programa de integridade

- ***órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado***

A atual versão do Código de Conduta foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 31 de agosto de 2020, e pode ser consultado no website www.compassbr.com, bem como no website da CVM (cvm.gov.br).

- (b) se a Companhia possui canal de denúncias, indicando, em caso positivo:**

A companhia possui canal para acolher denúncias caso haja suspeita de uma possível violação a uma lei, a um regulamento ou a um padrão ético da Companhia.

- (i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Ética, como é denominado na Cosan e estendido à Companhia e suas subsidiárias, é gerido por uma empresa terceirizada contratada com a finalidade de garantir a idoneidade de todo o processo pelo qual é responsável.

O Canal de Ética é uma importante ferramenta de comunicação para dúvidas, relatos de preocupação a respeito de condutas empresariais ilegais ou antiéticas, denúncias relativas a condutas inadequadas, discriminação, prática contábil questionável, violação a controles internos, auditoria, leis ou ao Código da Companhia.

- (ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética pode ser acessado tanto por colaboradores quanto por terceiros, por meio do link: canaldeetica.com.br/cosan e pelo telefone: 0800-725-0039.

- (iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Canal de Ética é gerido por uma empresa terceirizada, reconhecida internacionalmente, que garante o anonimato do denunciante e sigilo dos relatos. Os relatos são classificados e encaminhados à Companhia para o devido tratamento, com a utilização de sistemas e procedimentos de controles que asseguram o sigilo e a confidencialidade da denúncia. Conforme expressamente instituído no item VI do seu Código de Conduta, a Companhia não tolera nenhum tipo de retaliação contra qualquer pessoa, interna ou externa, que comunique de boa-fé uma violação ou suspeita de violação de qualquer norma jurídica ou do Código de Conduta.

- (iv) órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias**

As áreas de Compliance Jurídico e Auditoria Interna Corporativa da Companhia são responsáveis pela apuração de relatos recebidos e condução de investigações internas, sendo que, quando necessário, poderão ser envolvidos terceiros (empresas forenses, escritórios de advocacia, entre outros) para assessorar a apuração. O resultado das investigações será

5.3 Programa de integridade

reportado ao Comitê de Ética que, dentre outras atribuições, é responsável por recomendar a aplicação das medidas disciplinares cabíveis referentes aos desvios de conduta. A apuração de denúncias de infrações cometidas por administradores será realizada pelo Conselho de Administração, que deverá adotar as medidas cabíveis.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

N/A

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Conforme detalhado neste item 5.3, a Companhia e suas subsidiárias possuem regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública que entendem ser adequadas aos seus portes, riscos correspondentes e ao volume de suas interações com entes públicos e agentes do governo.

5.4 Alterações significativas

5.4 – Alterações significativas nos principais riscos em que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada conforme último exercício social, e eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia a tais riscos

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia, tampouco alterações na política de gerenciamento de riscos, no último exercício social.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.